

**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Técnico-Legislativo
Categoria Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.

Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é

- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.
-
17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
 - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
 - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
 - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
 - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
 - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
 - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
 - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
 - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
 - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
 - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
 - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
 - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
 - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Finanças Públicas e Orçamento**

31. As seguintes informações sobre despesas de um Poder Executivo municipal referentes ao exercício financeiro de 2017 foram extraídas do seu sistema de contabilidade, sendo que os valores estão em reais:

Item de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa conforme o Regime de Competência	Despesa Paga
Vencimentos e vantagens fixas	7.500.000,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Vencimentos e vantagens variáveis	2.000.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00
Contrato de terceirização de mão de obra para a substituição de servidores	900.000,00	900.000,00	850.000,00
Gratificações aos servidores ativos	1.200.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00
Horas extras	800.000,00	700.000,00	700.000,00
Indenização por demissão de servidores	500.000,00	450.000,00	440.000,00

O valor da despesa total com pessoal do Poder Executivo municipal referente ao exercício financeiro de 2017 e apurada de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000 foi, em reais,

- (A) 11.600.000,00
(B) 12.050.000,00
(C) 12.900.000,00
(D) 12.400.000,00
(E) 11.500.000,00
-
32. Em 26/12/2017, o ordenador de despesas de um determinado ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 200,00 referente ao suprimento de fundos concedido a um servidor para custear despesas com passagens e locomoção. A liquidação e o pagamento ao suprido ocorreram em 27/12/2017 pelo valor total do empenho. Porém, em decorrência de imprevistos, o valor de R\$ 200,00 não foi utilizado e o servidor o devolveu integralmente em 04/01/2018. Assim, a devolução do valor de R\$ 200,00 não aplicado deu origem a
- (A) um aumento de dotação disponível em 2018.
(B) um aumento de receita orçamentária realizada em 2018.
(C) uma redução de despesa orçamentária realizada em 2017.
(D) uma redução de despesa orçamentária realizada em 2018.
(E) um aumento de receita extraorçamentária realizada em 2018.
-
33. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2018 de um determinado ente público estadual o Anexo de
- (A) Metas Fiscais que deve conter demonstrativo referente à evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios financeiros.
(B) Metas Fiscais que deve conter demonstrativo referente à aplicação dos recursos obtidos com a alienação de bens destinados ao financiamento de Outras Despesas Correntes.
(C) Riscos Fiscais que deve conter demonstrativo referente à avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
(D) Riscos Fiscais que deve conter demonstrativo referente à estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
(E) Metas Fiscais que deve conter demonstrativo referente à avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.



34. A repartição competente de uma entidade pública estadual verificou, em 02/04/2018, a procedência de um crédito referente a aluguel e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 27/04/2018, o devedor efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 30/04/2018, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Estadual. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o crédito referente ao aluguel classifica-se, quanto à categoria econômica, em Receita
- (A) Corrente, sendo que o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado positivamente em 30/04/2018.
 - (B) Patrimonial, sendo que o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado positivamente em 02/04/2018.
 - (C) de Capital, sendo que o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado positivamente em 30/04/2018.
 - (D) Patrimonial, sendo que o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado positivamente em 27/04/2018.
 - (E) Corrente, sendo que o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado positivamente em 27/04/2018.
35. Em maio de 2018, o ordenador de despesas de uma determinada entidade pública empenhou despesas no valor de R\$ 30.000,00 com a aquisição de um veículo novo e R\$ 490.000,00 com a aquisição de um bem imóvel já em utilização por terceiros para ser prontamente utilizado pela entidade. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as despesas empenhadas em maio de 2018 devem ser classificadas, respectivamente, como
- (A) Despesa Corrente, quanto à categoria econômica; Despesa de Capital, quanto à categoria econômica.
 - (B) Despesa de Capital, quanto à categoria econômica; Investimentos, quanto ao grupo de natureza da despesa.
 - (C) Investimentos, quanto ao grupo de natureza da despesa; Inversões Financeiras, quanto ao grupo de natureza da despesa.
 - (D) Investimentos, quanto ao grupo de natureza da despesa; Investimentos, quanto ao grupo de natureza da despesa.
 - (E) Investimentos, quanto à categoria econômica; Inversões Financeiras, quanto à categoria econômica.
36. Em 31/12/2017, o empenho referente à aquisição de equipamentos de segurança foi considerado insubsistente e cancelado pelo ordenador de despesas de uma determinada entidade pública. No entanto, em janeiro de 2018, os equipamentos foram entregues pelo fornecedor de acordo com o prazo de entrega fixado no contrato assinado em dezembro de 2017. Assim, em janeiro de 2018, o ordenador de despesas empenhou despesa referente aos equipamentos de segurança entregues, sendo que nesse mesmo mês houve a liquidação e o pagamento do valor devido ao fornecedor. Desse modo, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa orçamentária empenhada em janeiro de 2018 referente à aquisição dos equipamentos de segurança foi classificada no elemento de despesa
- (A) Material de Consumo.
 - (B) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
 - (C) Indenizações e Restituições.
 - (D) Despesas de Exercícios Anteriores.
 - (E) Equipamentos e Material Permanente.

Contabilidade Geral

37. A Cia. das Viradas realizou, durante o mês de dezembro de 2017, as vendas nas condições apresentadas na tabela a seguir:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2017	1.020.000,00	01/12/2019
09/12/2017	870.000,00	À vista
27/12/2017	530.000,00	À vista
Total do mês	2.420.000,00	-

A taxa de juros compostos cobrada nas vendas a prazo é de 0,76% ao mês, que equivale a uma taxa de juros de 20% para o prazo total da venda ocorrida em 01/12/2017. Os efeitos evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2017 da Cia. das Viradas, decorrentes especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2017, foram

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.420.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 170.000,00.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.216.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.



38. A Cia. das Caixas é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis, com valores em reais:

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/16	31/12/17	Passivo	31/12/16	31/12/17
Ativo Circulante	245.000	655.000	Passivo Circulante	92.000	183.000
Caixa e Equivalentes	140.000	500.000	Fornecedores	32.000	82.000
Duplicatas a Receber	60.000	130.000	Adiantamentos de Clientes	60.000	35.000
Estoques	35.000	20.000	Dividendos a Pagar	-	66.000
Seguros pagos antecipadamente	10.000	5.000			
			Passivo Não Circulante	193.000	218.000
Ativo Não Circulante	290.000	150.000	Empréstimos	193.000	218.000
Imobilizado					
Terreno	120.000	-	Patrimônio Líquido	250.000	404.000
Máquinas	200.000	200.000	Capital Social	250.000	250.000
Depreciação Acumulada	(30.000)	(50.000)	Reservas de Lucros	-	154.000
Total do Ativo	535.000	805.000	Total do Passivo + PL	535.000	805.000

Demonstração do Resultado
01/01/2017 a 31/12/2017

Receita Bruta de Vendas	750.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(380.000)
(=) Lucro Bruto	370.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de Salários	(70.000)
Despesas de Seguros	(15.000)
Despesas de depreciação	(20.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do Terreno	32.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro	297.000
(-) Despesa financeira (juros)	(25.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	272.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(52.000)
(=) Lucro Líquido	220.000

Sabendo-se que a despesa financeira não foi paga e que o terreno foi vendido à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 208.000,00
 (B) 240.000,00
 (C) 274.000,00
 (D) 233.000,00
 (E) 213.000,00

39. A Cia. Brasileira apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017, na conta Provisões, o valor de R\$ 580.000,00, composto dos seguintes valores:

Processos	Saldo em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 250.000,00
Fiscal	R\$ 330.000,00

Em 30/06/2018, a Cia. obteve as seguintes informações relacionadas aos diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 30/06/2018	Valor estimado em 30/06/2018 para as perdas
Trabalhista	Provável	R\$ 220.000,00
Fiscal	Provável	R\$ 320.000,00
Ambiental (novo)	Provável	R\$ 300.000,00
Trabalhista II (novo)	Possível	R\$ 120.000,00

O impacto que a Cia. Brasileira reconheceu na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018, referente às Provisões, foi, em reais,

- (A) 300.000,00, negativo.
 (B) 260.000,00, negativo.
 (C) 420.000,00, negativo.
 (D) 380.000,00, negativo.
 (E) 40.000,00, positivo.



40. A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de *Impairment*) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

- (A) não alterou o valor contábil da Patente.
- (B) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

41. A empresa Dinheiro & Cia. realizou 3 aplicações financeiras em 01/12/2017 e as características de cada uma delas são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1%a.m.	503.000,00
400.000,00	01/05/2019	Mensuração ao custo amortizado	2%a.m.	406.000,00
300.000,00	30/09/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5%a.m.	305.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2017, e o efeito total apresentado na Demonstração do Resultado de 2017, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.214.000,00 e 14.000,00
- (B) 1.217.500,00 e 17.500,00
- (C) 1.216.000,00 e 18.000,00
- (D) 1.214.000,00 e 16.000,00
- (E) 1.216.000,00 e 16.000,00

42. Em 31/12/2015, a Cia. dos Esportes adquiriu um equipamento por R\$ 320.000,00 à vista. Estimou que a vida útil econômica era 6 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2017, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente do equipamento para 4 anos e o valor residual para R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, a Cia. dos Esportes resolveu trocar o equipamento e o vendeu por R\$ 200.000,00, à vista.

O resultado obtido pela Cia. dos Esportes com a venda do equipamento foi

- (A) prejuízo no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) prejuízo no valor de R\$ 5.000,00.
- (C) lucro no valor de R\$ 5.000,00.
- (D) lucro no valor de R\$ 4.000,00.
- (E) lucro no valor de R\$ 14.000,00.



43. A Cia. Azul produz um único produto e para produzir integralmente 5.000 unidades incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2018:

Custos fixos: R\$ 50.000,00

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 21,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 25.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 12% da receita bruta de vendas

Sabendo que a Cia. Azul utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção de junho de 2018 foi, em reais,

- (A) 25,00
- (B) 49,00
- (C) 35,00
- (D) 40,00
- (E) 64,00

44. A Só Zebra S.A. é uma empresa industrial e produz um único produto. Durante o mês de junho de 2018 incorreu nos seguintes gastos:

Mão de obra direta	R\$ 80.000,00
Energia elétrica (fábrica)	R\$ 23.000,00
Aluguel (administração)	R\$ 15.000,00
Salário do supervisor da fábrica	R\$ 25.000,00
Comissões de vendedores	R\$ 12.000,00
Compra de matéria-prima	R\$ 220.000,00
Depreciação das máquinas e equipamentos (fábrica)	R\$ 40.000,00

O estoque inicial de matéria-prima, em 31/05/2018, era R\$ 30.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$37.000,00.

O estoque inicial de produtos em processo, em 31/05/2018, era R\$ 44.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$ 18.000,00.

O custo da produção acabada no período utilizando o custeio por absorção foi, em reais,

- (A) 407.000,00
- (B) 414.000,00
- (C) 381.000,00
- (D) 422.000,00
- (E) 434.000,00

Noções Tributárias e Contabilidade Fiscal

45. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda – RIR (Decreto federal nº 3.000/1999), as pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil estão sujeitas à incidência imposto de renda, se titulares de

- (A) disponibilidade econômica de renda, excetuados os estrangeiros, em relação aos ganhos de capital.
- (B) disponibilidade jurídica de renda, ainda que se trate de pessoa física de nacionalidade estrangeira, menor de idade.
- (C) proventos de qualquer natureza, exceto quando se tratar de pessoa física não naturalizada e originária de país em que tais rendimentos não são tributados.
- (D) disponibilidade jurídica de renda, exceto no caso de se tratar de rendimentos e ganhos de capital de que sejam titulares menores de idade.
- (E) disponibilidade jurídica de renda, exceto se perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse como se lhes pertencessem.



46. O Regulamento do ISSQN de um Município hipotético contempla várias normas jurídicas, sendo que, dentre elas, encontra-se uma que obriga o contribuinte desse imposto a emitir documentos fiscais em determinadas situações, e outra, que o obriga a efetuar o pagamento do imposto devido. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação de emitir documento fiscal e a obrigação de pagar o imposto denominam-se, respectivamente,
- (A) acessória e principal.
 - (B) pecuniária e documental.
 - (C) escritural e financeira.
 - (D) econômica e epistolar.
 - (E) documental e pecuniária.
-
47. O Sistema Tributário Nacional disciplinado pela Constituição Federal contempla diversas exações, sendo que, algumas delas, recebem a denominação de “contribuições”. De acordo com a atribuição de competências expressa no texto constitucional, as contribuições
- (A) de melhoria, decorrentes de obras realizadas no território da pessoa jurídica de direito público, podem ser instituídas por essa pessoa jurídica e, de acordo com o Código Tributário Nacional, desde que essas obras acarretem o incremento organizado do processo de urbanização da região em que a obra venha a ser realizada.
 - (B) especiais para a modernização dos órgãos estaduais de segurança podem ser instituídas pelos Estados e pelo Distrito Federal.
 - (C) para o custeio dos regimes previdenciários estatutários próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em benefício dos servidores titulares de cargos efetivos dessas pessoas jurídicas de direito público, podem ser por elas instituídas.
 - (D) extraordinárias para o reforço da segurança das fronteiras, podem ser instituídas exclusivamente pela União, na iminência ou no caso de guerra externa, sem prejuízo da instituição dos impostos extraordinários constitucionalmente previstos.
 - (E) para o custeio do serviço de iluminação pública, na forma das respectivas leis, podem ser instituídas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
-
48. Relativamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a Lei Complementar Federal nº 116/03 estabelece que este tributo
- (A) tem como fato gerador a prestação de quaisquer serviços, desde que tais serviços não estejam contemplados no campo de incidência do ICMS.
 - (B) não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país, inclusive quando esses serviços forem desenvolvidos no Brasil, e o resultado deles aqui se verificar, mas o pagamento por eles for feito por residente no exterior.
 - (C) não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão da União ou dos Estados, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço, pois a tributação recíproca é constitucionalmente vedada.
 - (D) não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, inclusive no âmbito do mercado de títulos e valores mobiliários, mas incide sobre o valor intermediado neste mercado de títulos e valores mobiliários.
 - (E) incide sobre a prestação de serviço proveniente do exterior do país, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país, desde que tais serviços constem da lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/03.
-
49. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB),
- (A) o apenado recolhido à prisão sob regime semiaberto, que, nessa condição, presta serviços remunerados, fora da unidade penal, a uma ou mais empresas, com intermediação da organização carcerária, poderá contribuir como segurado facultativo, vedada essa possibilidade ao presidiário que não exerce atividade remunerada, nem está vinculado a qualquer regime de previdência social.
 - (B) a missão diplomática, a repartição consular de carreiras estrangeiras, a organização não governamental estrangeira (ONGs), bem como o órgão e a entidade da Administração pública direta ou indireta são, por equiparação, empresa, para fins de cumprimento de obrigações previdenciárias.
 - (C) Eustácio, contratado pela empresa QUEIJO & VINHO (indústria alimentícia), sem intermediação de qualquer entidade e com vínculo empregatício, deve contribuir como segurado facultativo, na qualidade de trabalhador avulso.
 - (D) a pessoa que admite, a seu serviço, um piloto de avião que lhe presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado empregador doméstico.
 - (E) o médico-residente e o residente em área profissional da saúde, qualquer que seja a forma de suas contratações, devem contribuir, facultativamente, na qualidade de contribuinte individual.

**Contabilidade Pública**

- Atenção:** Para responder às questões de números 50 a 52, considere as informações a seguir extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes às transações ocorridas no mês de dezembro de 2017:
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 1.000.000,00.
 - Lançamento de Receitas com Taxas no valor de R\$ 900.000,00. A receita foi arrecadada pelo valor total do lançamento em janeiro de 2018.
 - Recebimento de Transferências Correntes no valor de R\$ 8.000.000,00, cujo direito foi reconhecido em dezembro de 2017.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 850.000,00 referente a dezembro de 2017.
 - Empenho de despesa no valor de R\$ 40.000,00 referente à aquisição de material de consumo. O material foi entregue pelo fornecedor e a despesa foi liquidada e paga pelo valor total do empenho em janeiro de 2018. Todo o material adquirido foi utilizado pela entidade pública em janeiro de 2018.
 - Empenho de despesa corrente no valor de R\$ 8.000,00 referente à contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho em janeiro de 2018. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em fevereiro de 2018.
 - Amortização de R\$ 100.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
 - Pagamento de R\$ 15.000,00 referentes a Restos a Pagar Processados inscritos em 31/12/2016. Os Restos a Pagar eram relativos à aquisição de um veículo.
 - Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 20.000,00.
 - Reconhecimento de perdas de estoque no valor de R\$ 9.000,00 decorrentes do ajuste ao valor realizável líquido.
 - Devolução de depósito caução no valor de R\$ 10.000,00.
50. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o impacto positivo no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,
- (A) 8.973.000,00
 - (B) 8.921.000,00
 - (C) 9.021.000,00
 - (D) 9.011.000,00
 - (E) 8.121.000,00
-
51. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o impacto positivo no resultado financeiro referente ao ano de 2017 foi, em reais,
- (A) 8.125.000,00
 - (B) 8.025.000,00
 - (C) 8.073.000,00
 - (D) 8.925.000,00
 - (E) 7.977.000,00
-
52. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com o regime de competência, o aumento no valor do ativo total no mês de dezembro de 2017 foi, em reais,
- (A) 8.896.000,00
 - (B) 8.936.000,00
 - (C) 7.996.000,00
 - (D) 8.905.000,00
 - (E) 8.906.000,00



53. Considere as informações a seguir referentes a um veículo de uma determinada entidade pública:

31/01/2017: Empenho de despesa no valor de R\$ 48.000,00 para a aquisição do veículo.

28/02/2017: Entrega do veículo pelo fornecedor e liquidação da despesa pelo valor total do empenho. Nessa mesma data, o veículo foi colocado em uso.

31/03/2017: Pagamento da despesa pelo valor total do empenho.

No dia da entrega, a vida útil econômica e o valor residual do veículo foram estimados, respectivamente, em 5 anos e R\$ 3.000,00. Em 31/12/2017, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2017, a entidade pública realizou o teste de redução ao valor recuperável do veículo e verificou que o seu valor em uso era R\$ 42.000,00 e o seu valor justo líquido de despesas de venda era R\$ 39.000,00. Assim, sabendo que a entidade utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação, o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida no exercício financeiro de 2017 referente ao veículo foi, em reais,

- (A) 8.250,00
- (B) 6.750,00
- (C) 7.500,00
- (D) 9.000,00
- (E) 8.000,00

54. Em maio de 2018, um processo judicial foi instaurado contra determinada entidade pública em decorrência da desobediência a uma lei ambiental. Antes de realizar qualquer registro contábil, o setor jurídico avaliou que, em 31/05/2018, havia uma obrigação possível que poderia, mas, provavelmente, não iria exigir a saída de recursos. Assim, o registro contábil do processo judicial, em 31/05/2018, foi realizado com a utilização de contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público das classes

- (A) 2 e 3.
- (B) 7 e 8.
- (C) 2 e 4.
- (D) 5 e 6.
- (E) 6 e 7.

55. Em conformidade com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o custo de reposição ou substituição equivale a uma base de mensuração dos ativos.

Essa base

- (A) proporciona valores de entrada, além de ser geral para todas as entidades.
- (B) produz valores iguais para todas as entidades e dispensa a técnica de atribuição de valor.
- (C) é observável no mercado e produz valores iguais para todas as entidades.
- (D) gera valores de entrada e é observável no mercado.
- (E) proporciona valores de entrada e saída, além de ser específica para cada entidade.

Análise Contábil e Auditoria

56. Considere as informações abaixo obtidas a partir das demonstrações contábeis das empresas Flores S.A. e Rosas S.A. em determinada data:

Informação	Flores S.A.	Rosas S.A.
Ativo circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 18.000,00
Índice de Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	40%	60%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	60%
Retorno sobre o PL	20%	15%

Com base nessas informações, é correto afirmar que o

- (A) passivo não circulante da empresa Flores S.A. é igual a R\$ 20.000,00.
- (B) total de recursos de terceiros da empresa Rosas S.A. é igual a R\$ 14.400,00.
- (C) patrimônio líquido da empresa Flores S.A. é igual a R\$ 10.000,00.
- (D) passivo não circulante da empresa Rosas S.A. é igual a R\$ 15.000,00.
- (E) lucro líquido apurado pela empresa Flores S.A. foi R\$ 1.000,00.



57. Considere as informações abaixo obtidas das demonstrações contábeis da empresa comercial Só Fritas S.A.

Descrição das contas	Valores em R\$
Estoque em 31/12/2017	280.000,00
Contas a receber de clientes em 31/12/2017	300.000,00
Fornecedores em 31/12/2017	216.000,00
Receita Bruta de Vendas (em 2017)	2.160.000,00
Impostos sobre Vendas (em 2017)	360.000,00
Receita Líquida de Vendas (em 2017)	1.800.000,00
Lucro Bruto (em 2017)	900.000,00
Ativo total em 31/12/2017	2.400.000,00

Sabendo que o saldo dos Estoques da empresa, em 31/12/2016, era R\$ 100.000,00, a empresa Só Fritas S.A. apresentou

- (A) giro do ativo igual a 0,90 e prazo médio de pagamento de compras de 140 dias.
- (B) giro do ativo igual a 0,75 e prazo médio de recebimento das vendas de 60 dias.
- (C) giro do ativo igual a 0,90 e prazo médio de recebimento das vendas de 50 dias.
- (D) prazo médio de recebimento das vendas de 50 dias e prazo médio de renovação dos estoques de 112 dias.
- (E) prazo médio de recebimento das vendas de 60 dias e prazo médio de pagamento de compras de 72 dias.

58. A NBC TI 01 estabelece que os papéis de trabalho devem propiciar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas. Para tanto, essa norma determina expressamente que os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe

- (A) suficientes.
- (B) absolutos.
- (C) confidenciais.
- (D) compatibilizados.
- (E) padronizados.

59. Nos termos especificados pela NBC TI 01, é aspecto atinente ao relatório de auditoria interna a

- (A) obrigatoriedade da emissão de relatórios parciais antes do consolidado.
- (B) parcialidade, uma vez que a auditoria deve se posicionar diante dos achados.
- (C) necessidade de abordar eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- (D) limitação à aposição de conclusões pela auditoria, não sendo sua função o registro de recomendações à administração da entidade.
- (E) omissão do objetivo e da extensão dos trabalhos, uma vez que o relatório é confidencial.

60. Considere:

- I. Verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.
- II. Acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.
- III. Obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- IV. Obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.

Consoante dispõe a NBC TI 01, são procedimentos relacionados aos testes de observância o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.